LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

LPI Nº 04/2020

PROTOCOLO Nº 935/2020

O MUNICÍPIO DE ANTA GORDA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 87.261.509/0001-76, com sede na Rua Padre Herminio Catelli, 659, neste município, na pessoa da Prefeita Municipal, Sra. Madalena Gehlen Zanchin, no uso das suas atribuições e em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 237/97, Resolução CONSEMA Nº 372/2018, Leis Municipais Nº 1.314/2002 e 2.095/2014, e com base no parecer técnico Nº 46/2020 do Departamento Municipal de Meio Ambiente, expede a presente LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO, que autoriza a:

EMPREENDIMENTO: COTRILAC – COMÉRCIO, TRANSPORTE E INDÚSTRIA DE LÁCTEOS LTDA

CNPJ Nº 02.875.405/0001-07

ENDEREÇO: Linha Dr. Carlos Barbosa, SN, Interior

MUNICÍPIO: Anta Gorda – RS

Relativa a ampliação da atividade de: BENEFICIAMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LEITE E SEUS DERIVADOS (codram 2625,10), com porte pequeno e alto potencial poluidor, com área útil total de 4.857,00m².

Endereço: Linha Dr. Carlos Barbosa, SN, Interior, Município de Anta Gorda/RS

Coordenadas Geográficas: Lat. -29.9584741°/ Long. -52.0024992°

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto ao empreendimento:

- 1.1 Esta licença refere-se ao aumento da capacidade de recebimento de leite para 3.600.000 L/mês, aumento da capacidade de produção de queijo para 360.000Kg/mês; bebida láctea para 720.000L/mês; nata para 60.000Kg/mês; creme de leite para 180.000Kg/mês; ricota para 37.500Kg/mês; soro de leite para 3.240.000L/mês;
- 1.2 A área construída totaliza 1.700,214m², área ao ar livre de 3.156,786m², integralizando 4.857,00m² de área útil total;
- 1.3 Não está prevista qualquer atividade de construção civil ou terraplenagem;
- 1.4 Não está previsto aumento no número de funcionários;
- 1.5 A empresa deverá cumprir com todas as condições e restrições da Licença de Operação em vigor;
- 1.6 O empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento;

2. Quanto à preservação e conservação ambiental:

2.1 Este empreendimento deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecido na Lei Federal N.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006, bem como no Decreto Federal N.º 6.660, de 21 de novembro de 2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

3. Quanto ao sistema de abastecimento de água:

3.1 A qualidade da água para consumo humano deve atender aos padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria Conjunta nº 05/2017 do Ministério da Saúde;

3.2 A água utilizada no empreendimento deverá ser oriunda de captação devidamente outorgada;

3.3 A utilização de fontes alternativas de água somente poderá ser realizada mediante a outorga do Departamento de Recursos Hídricos (DRH/SEMA).

4. Quanto aos efluentes líquidos:

4.1 Para o efluente líquido industrial:

4.1.1 A ampliação objeto desta licença NÃO prevê aumento na geração de efluentes industriais decorrentes da operação do empreendimento, mantendo a vazão de 73,54m³/dia;

4.1.2 A estação de tratamento dos efluentes é de responsabilidade do Químico Industrial Renan Augusto Mallmann, CRQ 5202223, AFT 174886;

4.2 Para o efluente líquido sanitário:

4.2.1 A ampliação da não prevê aumento na geração de efluentes líquidos sanitários, mantendo a vazão licenciada, que é de 2,46m³/dia, tratados com fossa séptica e sumidouro;

5. Quanto às emissões atmosféricas:

5.1 Os níveis de ruído gerados pela atividade industrial deverão estar de acordo com a NBR 10.151, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 01, de 08 de março de 1990;

5.2 O padrão de emissão para material particulado total para a caldeira é de 70 mg/Nm³, base seca; a emissão de fumaça ou fuligem não poderá ultrapassar, para a densidade colorimétrica, o máximo de 20% (vinte por cento), equivalente ao Padrão 01 da Escala de Ringelmann Reduzida, exceto na operação de ramonagem e na partida do equipamento, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 08, de 06 de dezembro de 1990;

5.3 Não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera, com exceção daquele gerado em combustão, que deverá atender à condição e restrição anterior;

6. Para a obtenção da Licença de Operação, o empreendedor deverá apresentar:

6.1 Requerimento, assinado pelo(s) proprietário(s) do empreendimento ou procurador devidamente constituído (com procuração), solicitando a Licença de Operação para a atividade requerida;

6.2 Formulário de Licenciamento Ambiental devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens, com a respectiva ART/AFT;

- 6.3 Declaração do empreendedor informando que está cumprindo as condições e restrições citadas na presente LPIA e na LO em vigor;
- 6.4 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contemplando a totalidade dos resíduos gerados na operação do empreendimento, contemplando as ações de manejo desde a segregação na origem até a destinação final, além das exigências previstas na Lei Federal 12305/2010, acompanhado da respectiva ART/AFT, com a comprovação de destinação dos resíduos (MTRs) dos últimos 3 meses;
- 6.5 ART / AFT do responsável técnico pelo tratamento de efluentes;
- 6.6 Cópia do Alvará do Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio, emitido pelo corpo de bombeiros;
- 6.7 Relatório técnico e fotográfico da área do empreendimento;
- 6.8 Deverá apresentar cópia das planilhas de registro da produção diária de soro de leite contemplando a totalidade do destino;
- 6.9 Planta baixa atualizada de todas as áreas construídas;
- 6.10 Croqui da área a ser licenciada;
- 6.11 Cópia do Comprovante de pagamento da taxa de Licenciamento Ambiental.

Esta licença só é válida para as condições contidas acima, pelo período de 02 (dois) anos. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

Anta Gorda, 15 de junho de 2020.

MADALENA GEHLEN ZANCHIN
Prefeita Municipal

VANESSA MARTA DAMETTO LAZZARI
Licenciadora Ambiental
CRBio 45.157-03/D